

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 474/90

de 27 de Junho

Considerando a necessidade de ser dado cumprimento ao disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/87, de 5 de Março:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, ao abrigo do referido preceito legal, que o quadro de pessoal do Instituto do Vinho do Porto seja considerado alargado, nos termos do anexo à presente portaria.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 7 de Junho de 1990.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Luís António Damásio Capoulas*, Secretário de Estado da Alimentação.

ANEXO

Quadro de pessoal do Instituto do Vinho do Porto a prestar serviço na Comissão Vitivinícola Regional do Dão — Federação dos Vinicultores do Dão, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/87, de 5 de Março (a)

Grupo de pessoal	Qualificação profissional — Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal técnico.....	Exercer funções de estudos e aplicação de métodos e processos de naturezas técnica e administrativa no âmbito do Estatuto da Federação dos Vinicultores do Dão.	Engenheiro técnico agrário	Técnico especialista principal Técnico especialista..... Técnico principal..... Técnico de 1.ª classe..... Técnico de 2.ª classe.....	3
Pessoal técnico-profissional	Executar tarefas no âmbito das actividades laboratoriais.	Técnico auxiliar de laboratório.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe. Técnico-adjunto especialista Técnico-adjunto principal Técnico-adjunto de 1.ª classe ... Técnico-adjunto de 2.ª classe ...	1
	Executar inquéritos preliminares e levantamento de autos de notícia de infracções verificadas relacionadas com a Região Demarcada dos Vinhos do Dão.	Agente de verificação técnica (b).	Técnico auxiliar especialista Técnico auxiliar principal Técnico auxiliar de 1.ª classe.... Técnico auxiliar de 2.ª classe ...	1 1 1 6
Pessoal administrativo ...	—	—	Chefe de secção	1
	Arrecadação de receitas e pagamentos e escrituração respectiva.	Tesoureiro	Tesoureiro.....	1
	Área administrativa	Oficial administrativo (c)	Oficial administrativo principal... Primeiro-oficial	1 2
	Dactilografia.....	Escriturário-dactilógrafo...	Segundo-oficial	5
Pessoal auxiliar	Recepção e controlo de produtos víquicos e afins em armazém.	—	Terceiro-oficial	4
	Apoio de trabalho braçal e arrumação das instalações.	Servente	Servente	(d) 16
	Tarefas de apoio no âmbito da actividade laboratorial.	Auxiliar técnico de laboratório.	Auxiliar técnico de laboratório...	2



Grupo de pessoal	Qualificação profissional — Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal operário	Construção e reparação de edificações e outras obras em pedra, argamassa e materiais afins.	Pedreiro	Operário principal	1
	Destilação de produtos vínicos e manutenção do equipamento das instalações respectivas.	—	Destilador, letra Q	6
Total				58

(a) Todos os lugares são a extinguir da base para o topo à medida que forem vagando nas respectivas carreiras.

(b) Em cada momento não podem estar providos mais de 8 lugares.

(c) Em cada momento não podem estar providos mais de 11 lugares.

(d) Dois são remunerados pela letra T até à extinção das respectivas situações.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

Aviso

Por ordem superior se faz público que os Governos da Argentina e do Chile ratificaram a Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono a 18 de Janeiro e a 6 de Março de 1990, respectivamente.

À referida Convenção de Viena aderiram a África do Sul e a Zâmbia, respectivamente a 15 e a 24 de Janeiro de 1990.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 31 de Maio de 1990. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 475/90

de 27 de Junho

Considerando que a constante evolução dos conhecimentos científicos e técnicos exige a actualização da

lista das substâncias aprovadas como aditivos, incluídas nos anexos I e II à Portaria n.º 1103/89, de 27 de Dezembro, a sua descrição e respectivas condições de utilização;

Considerando que as alterações introduzidas respeitam as condições de admissibilidade estabelecidas no artigo 8.º do Regulamento do Fabrico, Comercialização e Utilização de Aditivos nos Alimentos para Animais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 440/89, de 27 de Dezembro;

Considerando a necessidade de harmonizar as Directivas comunitárias da Comissão n.ºs 90/110/CEE, 90/206/CEE e 90/212/CEE;

Considerando, por último, que o Conselho Consultivo de Alimentação Animal foi ouvido sobre a matéria, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 372/87, de 5 de Dezembro;

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 440/89, que os anexos I e II à Portaria n.º 1103/89, de 27 de Dezembro, sejam alterados em conformidade com o anexo à presente portaria.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 30 de Maio de 1990.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,
Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.